

PARA ALÉM DO CANTEIRO DE OBRAS: MARCAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

BEYOND THE CONSTRUCTION SITE: MARKS OF SOCIAL VULNERABILITY IN CONSTRUCTION WORKERS

Carlos Guilherme Rocha^{1*}, Ana Carolina Santana Arantes², Isabeli Ximenes Flora³

¹ Doutor, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, Varginha, MG, Brasil, carlosgrocha@cefetmg.br

² Técnica em Edificações (CEFET-MG) e graduanda em Arquitetura e Urbanismo (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil, acsntana@gmail.com

³ Técnica em Edificações (CEFET-MG) e graduanda em Psicologia (Unifenas), Alfenas, MG, Brasil, iximenesflora12@gmail.com

Resumo

Este estudo analisou a relação que existe entre a vulnerabilidade profissional e a vulnerabilidade da vida pessoal de profissionais da construção civil. O objetivo era fazer uma análise compreensiva, baseada em entrevistas com trabalhadores atuantes no setor construtivo, tanto com vínculos trabalhistas formais quanto informais. O sentido era captar as percepções dos sujeitos e dar espaço para o relato de suas vivências. Os entrevistados foram questionados acerca de vínculos trabalhistas, a relação com os engenheiros civis e conhecimentos acerca dos sindicatos trabalhistas. Como resultado, a pesquisa mostrou como o cenário de vulnerabilidade em que os trabalhadores já estiveram ou estão inseridos se perpetua devido ao silenciamento do tema tratado. Os próprios trabalhadores buscam meios de encobrir, até para si próprios, as condições do contexto em que atuam, como a instabilidade de renda ou a precariedade de assistências por parte dos órgãos governamentais. Por fim, o presente artigo apresenta alternativas para mitigar a problemática evidenciada, por intermédio de ações eficazes dos sindicatos em favor dos trabalhadores e a abordagem da temática na formação dos acadêmicos em Engenharia Civil e cursos técnicos de Edificações, dado seu papel fundamental como futuros profissionais.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Operários. Construção Civil

Abstract

This study analyzed the relationship between professional vulnerability and the vulnerability in the personal lives of construction workers. The objective was to conduct a comprehensive analysis based on interviews with workers active in the construction sector, both with formal and informal labor ties. The aim was to capture the perceptions of the subjects and provide a space for them to share their experiences. The interviewees were questioned about their labor ties, their relationship with civil engineers, and their knowledge of labor unions. As a result, the research showed how the vulnerability scenario in which workers have been or are currently inserted perpetuates due to the silencing of the issue. The workers themselves seek ways to conceal, even from themselves, the conditions of the context in which they operate, such as income instability or the lack of support from government agencies. Finally, this article presents alternatives to mitigate the highlighted problem through effective union actions in favor of workers and by addressing the topic in the education of Civil Engineering and Building Construction technical course students, given their fundamental role as future professionals.

Keywords: Vulnerability. Workers. Civil Construction

1 INTRODUÇÃO

Segundo o sociólogo José Manuel Mendes (2016, p. 74), entende-se vulnerabilidade como reflexo das condições de desigualdade em que os indivíduos e comunidades estão inseridos, sendo afetados pela pobreza, idade, sexo, classe social etc. Vista essa definição inicial e aplicando-a ao contexto da construção civil, entende-se que a vulnerabilidade pode ser dirigida à grande parte da mão de obra atuante no ramo citado, uma vez que os trabalhadores se encontram em uma realidade vinculada à provisoriedade, à desvalorização, à precariedade da segurança e dos contratos informais, sendo esse último ponto estruturante. (Lacerda, p. 6, 2006).

Parte-se do pressuposto de que a precariedade laboral, a fragilidade dos vínculos trabalhistas e a desvalorização profissional marcante na vida de grande parte dos trabalhadores da construção civil, não gera impactos apenas na vida produtiva de milhões de operários. Isso se reflete em suas vidas individuais, acarretando instabilidades financeiras e más condições psicológicas e físicas, despertando uma busca constante pela adaptação às realidades em que estão inseridos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), promovida pelo IBGE, apresenta informações que corroboram o quadro acima descrito. Cerca de 40% das atividades ocupacionais no ramo construtivo (o que inclui operários em geral, técnicos, profissionais de arquitetura e engenharia, dentre outros) são feitas por indivíduos sem instrução ou com o nível fundamental incompleto ou equivalente (IBGE, 2022, tabela 1.5). Para mais, 66,2% dos operários do ramo construtivo são autodeclarados pretos e pardos. Com isso, observa-se que as dificuldades e os estigmas típicos dos operários da construção civil estão diretamente relacionados a desigualdades sociais estruturais, de forma a acentuar processos de exclusão social. Entende-se por esses dados que são grupos socialmente prejudicados, em busca da sua subsistência, que encontram na construção civil uma alternativa para obter sua renda.

Ademais, a importância do ramo da construção civil no Brasil é dada pela vasta movimentação de capital, que envolve desde materiais e equipamentos até o emprego de serviços de mão de obra. O IBGE divulgou no dia quatro de março de 2022, os dados do Produto Interno Bruto de 2021, com isso verificou-se o destaque do ramo construtivo ao observar um acréscimo de 9,7% à economia brasileira, diante de uma queda de 6,7%, vista em 2020, evidenciando o maior crescimento do setor desde 2010, com o incremento de 13,1% (Agência CBIC, 2002). Fatos como esse destacam a relevância da construção civil para a absorção de mão de obra, possibilitando a contratação de trabalhadores e contribuindo para a ocupação desses mesmos. Todavia, ao passo que a ocupação desses trabalhadores aumenta, os contratos informais aumentam em grau semelhante, de forma a acarretar uma expectativa de vida frustrante, haja vista que os operários, enquanto seres sociais, sentem-se desmotivados a partir da sua situação empregatícia, de forma a colocá-los, involuntariamente, em uma posição de constante resistência. Segundo dados da PNAD, em 2021, 64,6% dos trabalhadores da construção civil tinham vínculos trabalhistas informais. A modo de exemplo, um indivíduo empregado no setor, com carteira assinada, recebia em média R\$2.313,00, já para alguém na informalidade a média era de R\$1.315,00.

Portanto, busca-se por este presente artigo identificar os fatores associados à vulnerabilidade da mão de obra, a partir do ponto de vista de seus agentes, bem como as suas respectivas consequências na vida de trabalhadores da construção civil. Dessa forma, evidencia-se

a problemática supracitada, possibilitando, assim, que a dada questão se torne notória e, por conseguinte, reversível.

2 LITERATURA: INFORMALIDADE E VULNERABILIDADE

Essa pesquisa é de caráter qualitativo, possibilitando a análise do cenário posto, o qual os trabalhadores da construção civil estão inseridos, considerando informações apresentadas tanto nos artigos referenciais quanto nos resultados das entrevistas realizadas ao longo do desenvolvimento da investigação.

2.1 Vulnerabilidade no contexto da construção civil

Primeiramente, deve-se considerar que o conceito de “vulnerabilidade” é abrangente, podendo se enquadrar em diversas situações. Robert Castel aponta vulnerabilidade como uma condição dinâmica, de indivíduos e comunidades, entre integração e desfiliação social (Costa *et. al.*, 2018). Desse modo, a situação analisada se refere às consequências - imediatas ou não - advindas das relações laborais e de contratos informais dos trabalhadores da construção civil, que os afetam profissionalmente e socialmente.

Para esta análise, o conceito de vulnerabilidade a ser utilizado vem dos engenheiros portugueses Lourenço e Betâmio (2018), pesquisadores os quais definiram três aspectos que caracterizam e dimensionam os danos causados por tal processo estrutural, ou seja, veem os danos não como consequência da vulnerabilidade, mas sim como uma parte integrante dela, gerando uma espécie de cálculo que pode envolver diversos elementos (educação, localização, data, idade, rendimento etc.). Vulnerabilidade, então, é uma condição social objetiva que pode gerar privações, situações de risco e discriminação. Portanto, entendemos que um sujeito não é vulnerável, mas sim que ele *está* em situação de vulnerabilidade.

Segundo estes dois engenheiros portugueses, os três fatores que estruturam o conceito da vulnerabilidade são: a exposição, a sensibilidade e a capacidade. A exposição, por sua vez, diz respeito aos elementos que são intrínsecos à zona da eventualidade, ou seja, refere-se à localização, ao acervo e às pessoas que estão sujeitas à exposição de tal elemento estrutural. A identificação e caracterização espacial da exposição fica dependente da intensidade do processo no âmbito de cada cenário em análise; e, via de regra, depende do processo, físico ou estrutural, de propagação do fenômeno em causa (Lourenço e Betâmio, 2018). Quanto à sensibilidade, de acordo com Cutter (2011), temos que esse aspecto se relaciona ao grau e à extensão que os danos aos elementos em exposição podem atingir. Dessa forma, tem-se que a sensibilidade se assemelha à vulnerabilidade física, como, por exemplo, ao se tratar da ausência de instruções em obra, que podem ocasionar uma série de ocorrências, envolvendo o âmbito de defesa. Já o aspecto da capacidade, seja da capacidade de antecipação ou de resposta, é “a combinação de todas as forças e recursos disponíveis dentro de uma comunidade, na sociedade ou numa organização que possam ser utilizados para atingir os objetivos” (UNISDR, 2009, p. 5 - tradução nossa). Então, ao se tratar da capacidade de antecipação, tem-se que ela se relaciona à possibilidade de redução de riscos, por meio de intervenções, em que o corpo social pode estar associado e, ao se tratar da capacidade de resposta, essa diz respeito à redução de danos, através de organizações, que podem ser causados devido a uma determinada manifestação de risco.

Estudiosos do IPEA resumizam bem o ponto de partida aqui adotado:

[...] a perspectiva aqui adotada parte do reconhecimento de que as vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais mais amplos contra os quais o indivíduo, por si só, não tem

meios para agir e cujos rumos só o Estado, por meio de políticas públicas, tem condições de alterar (Costa *et. al.*, 2018, p. 16).

2.2 Informalidade trabalhista

Adentrando o campo trabalhista encontrado na construção civil, é notório como o cenário é composto, primordialmente, pela vasta quantidade de contratos informais, chamados comumente de “contratos de boca”. Isso se dá, sobretudo, pela falta de instrução que a maioria dos operários recebem dentro do ramo ou, por vezes, pela apresentação da área da construção civil informal como o caminho mais direto e simplificado na geração de renda. Além disso, mediante os contratos informais, o trabalhador se percebe na condição de autônomo, condição essa que apresenta aspectos negativos e positivos: enquanto o profissional é beneficiado por poder trabalhar sem uma administração superior sobre ele, os contratos informais o deixam à mercê da busca constante por serviços a prestar, sendo esse fator decorrente da provisoriedade dos trabalhos encontrados (Cockell e Peticarrari, 2010; Silva, 2018).

No processo de contratação formal da mão de obra da construção civil, há uma série de aspectos, vistos como benéficos, que incrementam o custo de tal mão de obra. Tratando-se da ausência da empregabilidade, ou melhor dizendo, da naturalização dos “contratos de boca”, tem-se que essa parcela operária perde os devidos direitos sociais e trabalhistas que deveriam ser incididos sobre seu salário-base, que por sua vez é definido pelos sindicatos do ramo. Os encargos sociais são os impostos pagos pelo contratante, de forma a se reverterem em benefícios indiretos, ou seja, de longo prazo aos trabalhadores. Então, por encargos trabalhistas, entende-se que são os valores pagos além do salário-base instituído, de acordo com as normas legislativas brasileiras.

Desse modo, enquadram-se como encargos sociais o FGTS (Tabela 1), o INSS, o sistema “S”, salário educação e o Imposto de Renda (grupo A, encargos básicos), enquanto nos encargos trabalhistas incluem-se as férias e adicional, o décimo terceiro salário, vale-transporte, faltas justificadas, repouso semanal remunerado, feriados e licenças (grupo B, encargos trabalhistas). Além disso, ainda há os encargos do grupo C e grupo D, que compõem, respectivamente, o aviso prévio, rescisão sem justa causa, indenização (grupo C, encargos indenizatórios) e incidências sobre os encargos anteriores (grupo D, incidências cumulativas) (Vasconcelos e Volpato, 2000, p. 7-8).

Tabela 1: Encargos Sociais e Trabalhistas

Encargos			
Grupo A Encargos Básicos	Grupo B Encargos Trabalhistas	Grupo C Encargos Indenizatórios	Grupo D Incidências Cumulativas
INSS	Férias (+1/2 abono)	Aviso Prévio	Incidência de A sobre B
FGTS	Repouso semanal remunerado	Rescisão sem justa causa	Incidência de férias sobre aviso prévio
Sistema S (Sesi, Senai e Sebrae)	Feriados, licenças e faltas justificadas	Indenização (<30 dissídios)	Incidência do 13º salário sobre o aviso prévio
Salário-Educação	13º Salário		Incidência do FGTS sobre o aviso prévio

Fonte: autores

Portanto, observa-se a vulnerabilidade compreendida pela informalidade operária, sendo que os trabalhadores em questão ao passo que buscam uma melhor qualidade de vida se distanciam desse mesmo objetivo, como os benefícios da contratação formal. De maneira geral, nota-se que a informalidade na construção civil, então, acentua o cenário de vulnerabilidade social.

Assim, oriundo da despreocupação empresarial acerca dos direitos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) voltada à classe operária, averigua-se o papel dos sindicatos trabalhistas para com eles, de modo que, por esses serviços não serem devidamente apresentados aos trabalhadores, perpetua-se a desinformação acerca dos seus benefícios.

Entretanto, dado que a maioria das organizações visam a lucratividade econômica, o que se segue é a falta de pagamento dos impostos que incidem sobre a mão-de-obra, e cabe ao trabalhador informal buscar meios de atender a sua demanda social. Com isso, propaga-se o cenário de instabilidade que o circunda, perpetuando a busca constante por contratos provisórios.

2.3 Dualidade social-trabalhista

Dito que a área da construção civil apresenta índices de vulnerabilidade e informalidade constantes e proporcionais ao seu crescimento, deve-se considerar como tais aspectos se refletem na vida dos trabalhadores que assumem os chamados “contratos de boca”. O sociólogo Max Weber (2009) apresenta em seus estudos o conceito de “ação social”, que, sob a consciência de que o “ser” está em constante contato com a sociedade, aborda como as atitudes dos indivíduos refletem tanto sobre eles quanto sobre a própria comunidade, sendo influenciados por essa. Partindo dessa premissa, nota-se a dualidade de consequências das ações do setor da construção civil, advindas da falta de informação e assistência prestada aos operários, de forma que reforçam a desvalorização trabalhista dos mesmos e, por conseguinte, afetam sua vida social, acarretando um “duplo efeito”.

Assim, a dualidade apresentada pode se dividir em “causa” e “consequência” mutuamente: através da informalidade trabalhista, os operários ficam vulneráveis pela falta de seus direitos previstos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) ou, nesse caso, não aplicáveis, uma vez que os “contratos de boca” os privam do acesso às cláusulas postas, como a aposentadoria e afastamentos remunerados, prevista somente mediante registro formal de trabalho. Além disso, tal cenário os insere em um contexto de precariedade e instabilidade financeira pois, para suprir as necessidades que não são atendidas mediante à uma segurança de pagamento formal - seja no campo de trabalho, seja pelo Estado -, os trabalhadores se veem obrigados a procurarem opções de trabalho provisórios que componham ou complementem a renda familiar (Figura 1).

Figura 1 - Dualidade entre o meio social e o meio trabalhistas



Fonte: autores

Em decorrência do campo trabalhista, o que se segue é a vulnerabilidade social, aplicando-se ao conceito da chamada *ideologia defensiva*, conceito do psicanalista Christophe Dejours (1987), que se define como a capacidade de “mascarar, conter e ocultar uma ansiedade particularmente grave, sendo funcional para o grupo, quando elaborada contra os perigos e riscos reais” (Cockell e Peticarrari, 2010). Ou seja, os trabalhadores da construção civil tenderiam a usar um discurso positivo acerca da liberdade e flexibilidade trabalhista para encobrir as dificuldades advindas das situações precárias do cenário em que está inserido. A exemplo, a exaltação por estar sempre em movimento, pegando trabalhos diversos, encobriria a instabilidade trabalhista e financeira. A valorização da rotina dura de trabalho os promove a sensação de segurança e de reconhecimento, já que os estereótipos associados aos trabalhadores do setor - como sendo simplistas ou inferiores diante de profissionais graduados -, pode despertar nos profissionais sentimento de vergonha. Essa disposição socialmente construída que guia o modo de ser do trabalhador perante a sociedade pode ser denominada *habitus* (Bourdieu, 2004, p. 96-97), disposição essa que pode incluir ou - considerando o contexto posto - excluir o ser do meio social.

Analisando as questões postas, entende-se que, dentro do contexto de vulnerabilidade, encontram-se motivações sociais, culturais e econômicas que perpetuam a mesma, compactuando não só a para desigualdade social e estrutural ao qual vários operários estão inseridos, mas também para a manutenção da violência simbólica que se insere de maneira excludente em seus contextos, objetivando a hierarquização dos indivíduos supracitados.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou a entrevista como principal método de coleta de dados, entendendo-a como uma forma de mediação essencial para a compreensão das vivências dos trabalhadores da construção civil. Para garantir a eficácia dessa metodologia, foram seguidas as orientações teóricas de Mirian Goldenberg e Pierre Bourdieu (Goldenberg, 2004; Bourdieu, 2007), como a necessidade de testar previamente o roteiro de entrevista, possibilitando ajustes e correções que aprimorem a qualidade das interações e a construção um ambiente de credibilidade e confiança, no qual os entrevistados se sentissem confortáveis e não pressionados a fornecer respostas que achassem ser do interesse do entrevistador.

Foram realizadas entrevistas com cinco trabalhadores da construção civil, divididos em dois grupos: trabalhadores formalizados e trabalhadores informais. Cada grupo foi abordado de maneira específica, de modo a obter uma compreensão comparativa das suas experiências e percepções.

Os trabalhadores formalizados participaram de duas entrevistas, realizadas com um intervalo de uma semana entre elas. A primeira entrevista focou em questões trabalhistas, enquanto a segunda enfatizou a dimensão social e pessoal, incluindo aspectos relacionados à família e ao convívio. Este método permitiu uma organização mais clara e objetiva das informações coletadas, segmentando as temáticas para aprofundar a análise em cada uma delas. As entrevistas foram conduzidas no canteiro de obras, o que ressaltou a identidade profissional dos participantes e contextualizou suas respostas no ambiente de trabalho (Cohn, Fehr e Maréchal, 2014; Cohn, Maréchal e Noll, 2015). Durante a pesquisa, os trabalhadores atuavam em uma obra pública, operada por empresa vencedora de licitação, no município de Varginha.

Para os trabalhadores informais, também foram realizadas duas entrevistas com uma semana de intervalo. Estas entrevistas ocorreram em ambiente doméstico, nas casas dos trabalhadores, promovendo um ambiente mais pessoal e confortável. Nesse contexto, os

entrevistados mostraram-se mais abertos e integraram espontaneamente aspectos trabalhistas e sociais em suas respostas. Tal abordagem permitiu capturar uma visão mais holística das suas experiências e percepções. O trabalho destes interlocutores na construção era conhecido previamente pelos pesquisadores. Os dois eram atuantes na cidade de Elói Mendes.

Antes de iniciar as entrevistas, os pesquisadores apresentaram a pesquisa e seus termos e condições aos participantes, que concordaram em participar voluntariamente. As entrevistas foram semiestruturadas, permitindo uma flexibilidade na condução das perguntas e na exploração de tópicos emergentes durante as conversas. Todas as entrevistas foram gravadas e registradas por escrito, garantindo a precisão e a integridade dos dados coletados.

Ao mesmo tempo, o objetivo, como já dito, era criar um momento de confiança e segurança para os participantes. Para isso os pesquisadores enfatizaram, de maneira sensível, interesse nos trabalhadores enquanto sujeitos, não apenas como fontes de informações. Isto é feito ao realizar um processo de escuta atenta, em que o roteiro de entrevista dialogue com aquilo que é manifestado pelos agentes ouvidos, evitando cortes abruptos e colocando os trabalhadores com protagonistas do evento (Valêncio, 2018). Dessa forma, os entrevistados demonstraram sentir-se à vontade para falar sobre suas vidas e sentimentos pessoais e profissionais, durante a realização das entrevistas, percebendo-se como relevantes e valorizados pela oportunidade de discutir temas que geralmente não são abordados em seu cotidiano.

Todas as entrevistas tiveram o roteiro estruturado, a duração das conversas foi entre 20 a 30 minutos. Considerou-se além do trabalho atual, o histórico profissional e pessoal de cada um dos entrevistados, a fim de aferir e perceber como as condições de trabalho e de vida estavam interligadas nos discursos e identidades proferidos pelos agentes participantes.

4 RESULTADOS

4.1 Trabalhadores formais

Em primeiro caso, entrevistou-se trabalhadores atuantes e residentes temporários na cidade de Varginha-MG - dizem-se residentes temporários pois os mesmos são naturais de Belo Horizonte, Ribeirão das Neves e Sete Lagoas, estando na cidade em questão por conta da obra licitada ganha pela empresa em que trabalham. Com idades de 36 a 56 anos, os entrevistados, todos do sexo masculino, possuem família que varia de 2 a 5 membros, entre as esposas e os filhos, tendo uma base salarial que varia de R\$2.500,00 ao salário mínimo vigente na época da pesquisa, de R\$1.212,00. No que se diz respeito à escolaridade, os trabalhadores se encontram formados entre a 6ª série e o Ensino Médio completo, sendo que o mais jovem dos entrevistados possui curso técnico de eletricitista, cargo para o qual está vinculado dentro da obra em questão, enquanto os demais atuam como mestre de obras e servente auxiliar.

Com base nesses dados iniciais, a entrevista deu-se, primeiramente, questionando os trabalhadores acerca de aspectos laborais, como seu ingresso no ramo da construção civil, abordando o motivo, a escolha pela área - quando houve -, o tempo de atuação e a formalidade contratual dos serviços prestados. Em resposta, as narrativas pontuaram a formalidade dos contratos trabalhistas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) desde a entrada no ramo, com exceção de um, cuja carteira de trabalho foi assinada pela primeira vez. No ramo, o tempo de atuação é de 12 a 20 anos, todos visando ajudar na renda familiar, bem como suprir as próprias necessidades.

Adentrando o assunto, seguiram-se as questões acerca das condições de trabalho dos entrevistados, com perguntas que abordaram questões de saúde - se houve algum momento em que eles mantiveram-se trabalhando mesmo doentes ou lesionados - e o papel dos sindicatos dos trabalhadores da construção civil dentro de suas rotinas, bem como se, durante todo o período em que atuaram trabalhando no ramo, algum marco os chamou a atenção. Todos os entrevistados fazem ou fizeram parte do sindicato que se encontra em Belo Horizonte, e ressaltaram ainda os benefícios aos quais têm direito, como acesso a planos de saúde e advogados. Um deles, especificamente, chegou a sofrer um acidente de moto, o qual o impossibilitou de continuar seu ofício pelo período de recuperação, e relatou que obteve assistência sindical durante esse tempo. Os demais não relataram acidentes ou doenças.

Por fim, finalizando a parte laboral, foi questionado aos entrevistados sobre o contato com engenheiros civis durante a execução das obras, ponto primordial para a argumentação feita durante o presente artigo. Sob esse aspecto, cabe ressaltar que as respostas variaram, e acredita-se que a faixa etária somado ao grau de escolaridade formaram realidades diferentes que, nesse sentido, consolidaram perspectivas diferentes em relação ao contato com os profissionais da engenharia civil. O grupo - mais velho e formado até a 6ª série - relatou a apatia dos engenheiros civis perante o seu serviço, descrevendo-os como “se acham superiores” ou mesmo “eles precisavam ser mais humanos”. O mais novo dos operários - que cursou um ensino profissionalizante - relatou uma boa convivência. Tais fatores, posteriormente, viriam a influenciar também nas perguntas sociais.

Em um segundo momento, dando continuidade aos tópicos abordados na revisão bibliográfica feita previamente, os trabalhadores responderam a três perguntas que se referiam à influência do seu trabalho em seu meio social. Contudo, é válido ressaltar que, como ambas as entrevistas foram feitas com um intervalo de uma semana entre cada, um dos entrevistados não pôde responder, tendo em vista seu retorno à sua cidade natal. Segundo os colegas de trabalho, a distância entre a cidade de atuação e a família foi a principal causa de retorno do operário; assim, seguiu-se a entrevista apenas com os demais.

As perguntas feitas na segunda etapa abordam a opinião da família dos operários quanto a sua profissão e como a mesma interfere nas suas relações, como eles próprios se descreviam dentro da construção civil e, por fim, quais as melhorias que poderiam ser acrescentadas dentro do ramo civil. As descrições foram pontuadas de acordo com a função de cada operário entrevistado dentro da obra - eletricitista e mestre de obras/encarregado, e um deles ainda ressalta que há uma generalização sobre os profissionais da mão de obra, para os quais a sociedade adota o termo “pedreiro” a todos. Sem nunca terem se constrangido com o cargo em que atuam, relatando até mesmo o sentimento de “dever cumprido” ao terminar uma edificação, alegam que as famílias apoiam o trabalho, mesmo com algumas interjeições pelas constantes viagens para obras em outras regiões.

Por fim, embora descrevam que consigam viver bem com o que recebem, relatam que alguns aspectos poderiam melhorar em relação ao papel que ocupam dentro da construção civil, dentre eles: o reconhecimento das habilidades e saberes construídos na prática profissional, tendo em vista que muitos operários, por estarem a muito tempo no ramo, buscam por meio de seus feitos um reconhecimento tanto profissional quanto, principalmente, social, dos conhecimentos desenvolvidos na prática. Isso lhes daria mais garantias em contextos de crise e aumento do desemprego no país (os próprios operários lembraram o período do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso). Essa percepção corrobora a tese de Thiago Leibante Silva (Silva, 2018),

de que os conhecimentos e saberes desenvolvidos e adquiridos na prática pelos profissionais da construção civil são um importante mecanismo para seu reconhecimento e valorização financeira, bem como para conseguir melhores oportunidades de trabalho. No entanto, por não terem lastro em atestados acadêmicos e técnicos, esse conhecimento prático seria socialmente negligenciado, o que é visto pela demanda de nossos entrevistados.

Outros pontos a serem melhorados seriam o aumento do salário e/ou dos benefícios que sindicatos e empresas promovem (a exemplo, o valor estabelecido para o café da manhã e almoço dos funcionários, condições relatadas nas entrevistas como insuficientes diante da jornada de trabalho), o que, na perspectiva deles, promoveria uma sensação maior de humanidade e valorização perante os serviços prestados.

4.2 Trabalhadores informais

Os entrevistados foram dois homens brancos com idades de 55 e 80 anos, sendo ambos naturais da cidade de Elói Mendes-MG. No quesito escolaridade os entrevistados apresentam nível de ensino, respectivamente, até a 8ª série do Ensino Fundamental II e até a 4ª série do Ensino Fundamental I. O primeiro entrevistado possui família composta por 5 membros e o segundo mora sozinho e recebe auxílio de seus três filhos. Por conseguinte, o entrevistado mais jovem possui salário superior ao piso salarial estabelecido pela Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 da Sinduscon-MG (salário de R\$1.265,00 por mês) e o outro recebe benefício da previdência social devido sua idade, ou seja, um salário mínimo (R\$1.212,00 por mês). Ao mencionar suas funções, ambos os entrevistados começaram no ramo como serventes e progrediram até pedreiros, sendo um deles, atualmente, autônomo e mestre de obra, trabalhando, assim, de maneira informal.

Partindo desses dados, ao iniciar as entrevistas, questionou-se sobre o ingresso dos operários no setor da construção civil, e a resposta obtida foi de que adentraram ao ramo por necessidade de independência financeira, sendo a mão de obra na construção civil a principal oportunidade que receberam, levando-os, inclusive, a migrarem para diversas regiões em busca de emprego. Porém, ambos trabalhavam em outros serviços em conjunto ao da construção, sendo o entrevistado mais novo como apanhador de café e o mais velho, aposentado, como “roleiro” - pessoa que faz constantes trocas de objetos em busca de obter um valor de diferença entre eles.

Somada a pergunta anterior, foi analisada a possibilidade da contratação formal dos entrevistados, ambos responderam que já tiveram suas carteiras assinadas em determinados períodos das suas trajetórias enquanto operários, sendo que, na visão do entrevistado mais jovem, apesar de reconhecer os benefícios que a formalização oferece, prefere trabalhar por conta própria, enquanto o entrevistado mais velho achou mais vantajoso, durante o período em que trabalhou como pedreiro, ter carteira assinada, pois em suas palavras “era melhor, porque passava mais segurança”.

Seguindo as entrevistas, também foram questionados aspectos como o contato com sindicatos, se tinham conhecimento de pessoas que trabalham como operários da construção civil e se houve alguma intervenção física que os impediram de trabalhar, bem como se algum acontecimento semelhante os marcou. Desse modo, ambos os entrevistados responderam que apesar de saberem o que é um sindicato, não conhecem e nunca se filiaram a nenhum. Além disso, ambos responderam que conhecem pessoas que trabalham no setor construtivo, tendo elas, em sua maioria, contratação informal, destacando a prática dos “bicos” - trabalho que ocorria de maneira eventual e de curta jornada - e que seus círculos sociais são compostos por essas mesmas pessoas. No âmbito de intervenções físicas que impossibilitaram o exercício de seus trabalhos, o

entrevistado mais jovem respondeu que diversas vezes, mesmo doente, continuou trabalhando, inclusive quando sofreu um acidente com materiais da obra, o qual aconteceu devido à má estocagem dos blocos, levando um deles a cair sobre sua cabeça; já o entrevistado mais velho, respondeu que sofreu um acidente enquanto voltava do canteiro de obras na zona rural, sendo que a poeira da estrada tampou sua visão e levou-o a bater o carro, ocasionando na fratura da sua perna direita, e, como resultado, ficou “encostado” por cerca de 4 meses, recebendo auxílio da previdência social que contribuía na época - vale ressaltar que o tempo de contribuição do entrevistado foi incompleto, levando a sua aposentadoria acontecer somente quando atingiu a idade necessária.

Por fim, ao serem questionados sobre algum possível marco do ramo, ambos destacaram que não se esquecem de acidentes que seus colegas de profissão sofreram, sendo todos eles ocorridos por erros técnicos e/ou pela ausência de equipamentos de proteção ofertados, como quedas do andaime ou acidentes com materiais de construção no canteiro de obras.

Para finalizar a parte da entrevista no que dizia respeito ao serviço dos entrevistados, foi perguntado se em algum momento da sua jornada trabalhista puderam estar em contato no canteiro de obras com engenheiros civis e técnicos em edificações, bem como se esse assunto já havia sido retratado em suas vidas e qual mudança no setor da construção civil visavam. Tendo isso posto, ambos os entrevistados nunca trabalharam com técnicos em edificações, todavia, já estiveram em contato com os engenheiros civis. Desse modo, o entrevistado mais jovem destacou que não teve boas experiências com os engenheiros civis, considerando que os conhecimentos que o profissional engenheiro adquiriu com a oportunidade em poder se graduar na área é semelhante ao que os operários adquiriram em campo, ou seja, na prática da mão de obra. Acrescentou que, por vezes, são desvalorizados ou menosprezados por esses profissionais que puderam obter esses conhecimentos pelas ferramentas acadêmicas, assim, elencando que percebe esses profissionais como “metidos” ou que “se acham superiores”, fazendo com que a comunicação entre os operários e os engenheiros seja dificultada. Ainda, o entrevistado diz que se sentiu desconfortável em campo na presença de um engenheiro, visto que não sentia que esses profissionais eram “humildes” como seus colegas de trabalho, considerando, por fim, que se os mesmos passassem mais tempo no canteiro de obras “sentiriam como é estar trabalhando duro” e os tratariam com mais educação.

No mesmo sentido, o entrevistado aposentado destacou que nas vezes que trabalhou com engenheiros houve incômodo, mas que não se “deixava levar pelos comentários” desses profissionais, sendo que sempre procurava manter o canteiro de obras em ordem para evitar conflitos com o engenheiro, mas que, nas raras vezes que aconteciam, procurava se impor.

Ao serem questionados sobre possíveis melhorias nas condições de trabalho, responderam que uma melhoria no ramo a ser considerada seria a maior valorização da mão de obra, visto que, de acordo com um deles, “só quem passa o dia inteiro debaixo do sol entende o que é ser pedreiro”, elencando, por sua vez, a ausência de reconhecimento dos operários pela sociedade.

Também foram perguntados sobre a visão da família perante o serviço, como o entrevistado se descreve dentro do ramo, se houve algum evento que gerou constrangimento na jornada trabalhista e se a remuneração atende às necessidades dos entrevistados. Sendo assim, o entrevistado mais jovem respondeu que não se sente apoiado pela sua família, que o questiona constantemente sobre sua escassa presença em casa, devido às longas jornadas de trabalho que leva de acordo com sua posição de autônomo, destacando, inclusive, que trabalha “muito mais com a cabeça do que com o físico”, visto que suas preocupações ultrapassam os limites do serviço, chegando até em seus períodos destinados para descanso. Enquanto isso, o entrevistado

aposentado comentou que quando exercia a função de pedreiro recebia apoio familiar e que sua família sempre se alegrava com a chegada do salário das empreitadas. Ademais, ambos os entrevistados se designam como “pedreiros”, mesmo o entrevistado que exerce a função de mestre de obras, tendo como justificativa que já é conhecido como “pedreiro” e que essa denominação facilita a compreensão das outras pessoas acerca de seu serviço.

Os dois entrevistados declararam já ter passado por circunstâncias de constrangimento, como comentários preconceituosos ou postura de “nojo” de terceiros. Porém, destacaram que isso não os afetou, já que sentem orgulho dos feitos perante a profissão, sendo que o entrevistado mais jovem não se envergonha “do que traz seu sustento” e o entrevistado aposentado sente-se realizado ao relembrar das obras que já fez e de as verem ainda em funcionamento ou preservadas nos dias de hoje.

Esse é um bom exemplo de ideologia defensiva, que estrutura a identidade do trabalhador e promove sua continuidade na função. Observa-se que, apesar de relatarem diversas dificuldades sofridas, ainda se utilizam de expressões que passem a ideia de que não apresentam impedimento para trabalhar, persistem, por orgulho ou realização, como citado, essas duas mascaram a real ideia de estarem ali para sobreviverem.

Por fim, os dois entrevistados responderam que a remuneração é suficiente, havendo divergência somente na duração das jornadas de trabalho, visto que o entrevistado mais jovem “vive pela construção”, passando longos períodos em campo e o entrevistado aposentado fazia serviços além da construção para complementar a renda, como “rolos”.

Considerando tudo o que foi posto, é importante elencar que os entrevistados estabelecem uma relação de pai e filho. Sendo assim, observou-se em suas narrativas aspectos que cristalizam a ideia de que parte da mão de obra da construção civil estrutura vínculos afetivos entre si, seja passando a função de geração para geração ou mantendo contato direto com os colegas de trabalho, como ambos os entrevistados destacaram.

Para mais, a relação entre pai e filho pôde proporcionar durante as entrevistas relatos valiosos, como a narração das viagens que faziam para São Paulo e Belo Horizonte em busca de emprego ou até mesmo o trabalho em conjunto, como a construção do Hospital Nossa Senhora da Piedade, em Elói Mendes. Portanto, ao trazer como enfoque os operários que exerceram suas funções de modo informal, foi possível notar padrões narrativos, que confirmaram, então, nossa fundamentação teórica.

5 DISCUSSÃO

Tendo já analisado os fatores de risco que implicam na relação supracitada, deve-se pensar não somente em como essa conjuntura está se propagando, mas também em como torná-la reversível ou mitigada, para que haja segurança e dignidade aos indivíduos inseridos nesse contexto de vulnerabilidade, precariedade e instabilidade. Voltando a atenção para as causas sociais que circundam o contexto posto, pode-se propor ações que contemplem os operários da construção civil.

5.1 Lucratividade e Desvalorização

Tendo em vista o sistema econômico no qual a sociedade brasileira está inserida, espera-se constantemente que se atinja um ideal de produtividade que vise a lucratividade sob qualquer circunstância. Contudo, esse sistema falha ao sobrepôr o poder lucrativo à dignidade humana

trabalhista, naturalizando condutas problemáticas que segregam os membros menos oportunos da sociedade, muitas vezes sob a narrativa meritocrática que coloca direitos básicos do ser em posição de elitização. No caso da temática abordada, no conceito dos direitos citados, se encaixam a especialização profissional e as condições dignas trabalhistas que, ao serem abordadas no canteiro de obras em um cenário real, nota-se a clara falta de empatia social para com os trabalhadores.

A exemplo dos conceitos apresentados, os resultados das entrevistas realizadas possibilitaram uma análise acerca das condições de trabalho fornecidas aos trabalhadores, inclusive àqueles que se encontravam em trabalho regular formal, de maneira a notar a existência de um padrão por parte da empresa contratante: apenas o mínimo é fornecido aos operários, como, por exemplo, um valor abaixo do necessário para um café da manhã - ressalta-se aqui que, segundo os funcionários, o valor estabelecido é formalizado pelo sindicato, de modo que as empresas contratantes têm, por obrigação, o dever de fornecer tal valor mínimo, não sendo obrigatório que o ultrapasse - ou a marmita mais barata para um almoço. Logo, percebe-se que, muito embora o ramo da construção civil seja um dos que mais lucram anualmente, o sentimento dos trabalhadores quanto às suas condições é que elas são incompatíveis com essa lucratividade e, conseqüentemente, com a necessidade de cada trabalhador. Aqui, percebe-se uma das lacunas que desmontam o discurso de ideologia defensiva.

Desse modo, a construção civil acaba por gerar operários desvalorizados e também vulneráveis, pois o simples fato de fornecer o mínimo acreditando que seja o ideal para o seu desempenho empregatício pode afetar tanto a produtividade do operário quanto seu estímulo pessoal e saúde física e mental, de modo a condicionar a busca constante por melhores oportunidades de trabalho, culminando no princípio de provisoriamente abordado no presente artigo.

Nesse sentido, destaca-se ainda o conceito de dois sociólogos que explicam esse cenário como causa e consequência, se inserindo na dualidade social-trabalhista apresentada anteriormente: primeiro, cabe-nos destacar como a desumanização dos funcionários por parte dos contratantes coincide com o conceito de reificação de Karl Marx (1996, p. 199), com a objetificação do corpo social operante tendo em vista apenas a sua produtividade; conseqüentemente, há a manutenção de uma violência simbólica, conceito apresentado pelo francês Pierre Bourdieu (2004, p. 161-166), uma vez que, normalizado o tratamento displicente para com o referente corpo operacional, tanto a sociedade quanto as empresas e os próprios operários agem de forma a manter este cenário. Não há agente a questionar e propor mudanças constitutivas - muitas vezes por falta de alguém que intercepte suas necessidades aos contratantes e sindicatos - que reivindiquem melhores condições de trabalho. Assim, perpetua-se o estímulo constante de sua desvalorização.

Assim posto, faz-se necessário a busca por oportunidades que, além de fornecerem condições dignas de trabalho à mão de obra, conscientizem empresas que, ao conceder os direitos de empregabilidade aos seus funcionários, tais não devem aderir somente ao mínimo proposto por sindicatos ou leis, mas valores que atendam às demandas reais de seus funcionários. É importante que, para isso, haja uma boa comunicação que interligue contratados e contratantes, de modo a apresentar a ambos - sobretudo aos contratantes, tendo em vista que o fornecimento salarial, bem como lucro sobre os serviços prestados, está voltado a esse grupo - os benefícios reais propagados pela valorização da mão de obra. Assim, diante da possibilidade de que os empregadores corroborem com fornecimento de alimentação adequada, EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), remuneração condizente com o estado inflacionário do país, acesso a qualificações profissionais e seguros, além dos direitos previstos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho),

espera-se que isso impacte os empregados de maneira positiva, de modo a promover uma boa relação entre ambas as partes, dignificando o trabalho operário e mostrando que, ao valorizar os serviços prestados, além de promover o bem estar do indivíduo contratado, tanto sua produtividade quanto a escolha por permanecer na empresa pelos benefícios oferecidos são boas oportunidades a serem cogitadas posteriormente.

Desse modo, promovendo a empatia e a proteção social para com os operários, acredita-se que possa haver uma mudança em relação à dualidade social-trabalhista, de modo que os aspectos negativos averiguados durante esse estudo sejam convertidos em retornos benéficos que promovam o bem estar trabalhista e, por conseguinte, social da mão de obra, tornando a construção civil uma área empregatícia não somente de “fácil ingresso” ou como “única opção”, mas um local de acolhimento, retorno e, principalmente, que minimize os impactos causados pela vulnerabilidade vigente.

5.2 Sindicatos Trabalhistas

Segundo Dieese (2015), os sindicatos surgem no século XIX em formato de organizações que, prontamente, possuem a intenção de reagir às precárias situações de trabalho e remuneração a que os trabalhadores estavam submetidos. Assim, já ao final do século XIX, com o seguimento das ações sindicais, essas entidades passam a ser reconhecidas institucionalmente nos países desenvolvidos da época. E, a partir disso, a força sindical passa a ser primordial na delimitação dos atributos referentes aos trabalhadores, de maneira a formar uma classe trabalhadora com objetivo de lutar por uma sociedade que seja justa e democrática, que, portanto, reconheça e amplie os direitos dessa mesma classe, que ainda são escassos em muitos países, dentre eles o Brasil. (DIEESE, 2015).

Além dos resultados amplamente conhecidos das organizações sindicais, como a redução gradual da jornada de trabalho para oito horas ou menos, em um contexto brasileiro, resultados que cabem ser destacados são a atuação sindical no combate à ditadura e em todo o processo de redemocratização do país, como sua participação no movimento “Diretas Já!”, o qual reivindicava eleições diretas para a presidência em um contexto ditatorial. Desse modo, os sindicatos mostram sua relevância não só para a mudança do cenário trabalhista do país, mas também da conjuntura política, o que contribuiu para a fundamentação de direitos fundamentais aos trabalhadores na Constituição de 1988, conhecida por “Carta Cidadã”, assim, proporcionando avanços sociopolíticos no âmbito nacional.

A atuação dos sindicatos ganha relevância incontestável quando se observa a diversificada gama de temas e itens negociados e direitos inscritos nos Acordos e Convenções Coletivas. Anualmente, dezenas de milhões de trabalhadores formalmente contratados têm suas condições de trabalho e remuneração renovadas pela atuação de suas entidades representativas, em negociações diretas muitas vezes duras com as empresas ou com suas representações setoriais. (DIEESE, 2015, p. 6)

Por essa razão, é inegável a importância da elaboração de sindicatos ativos que possam subverter as demandas dos operários da construção civil, visto que, ao se delimitarem como organização, além de adquirirem função identitária, passam a ser reconhecidos e ganham notoriedade para suas causas, sejam elas sociais, políticas e/ou econômicas.

Porém, de acordo com dados do IBGE, as taxas de sindicalização vêm diminuindo ao passar dos anos, sendo que, em 2022, destaca-se a maior baixa dessa ocorrência, visto que a taxa de sindicalização caiu para 9,2%, ou seja, cerca de 9,1 milhões de pessoas do país são associadas a sindicatos, mesmo com o aumento de 7,4% da população ocupada no Brasil, em relação a 2021. (Agência IBGE, 2023) Dentre as pessoas sindicalizadas destacam-se as que possuem maior nível de

instrução. Em relação ao setor da construção, apresenta-se uma taxa de 4,2% de sindicalização, sendo que as principais características para o baixo índice são as menores taxas de carteira assinada e as maiores taxas de trabalho por conta própria, cuja sindicalização tende a ser menor do que a de trabalhadores formalizados.

Tendo isso em vista, é notório que o escasso processo de sindicalização nacional, principalmente do setor construtivo, decorre de um fator estrutural, visto que a informalidade também é mencionada como precursora dessa conjuntura, ou seja, fatores da dualidade entre o meio social e o meio trabalhista corroboram para a perpetuação do panorama de baixa adesão aos sindicatos. Por essa razão, é necessário que os sindicatos vigentes promovam a conscientização da sua importância, bem como intensifiquem sua atuação no que tange a pressão para a fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas, por negligência estatal ou muitas das vezes pela insuficiência de fiscais para a assistência do território nacional, para que, assim, os direitos dos operários sejam assegurados e as ocorrências de abusos sejam assistidas. A diferença de percepção e sentimento dos interlocutores que trabalham formalmente e informalmente foi notável, com os primeiros associando sua filiação sindical à conquista e asseguramento de direitos, gerando sensação de empoderamento, enquanto os segundos narraram situações de trabalho em condições vulneráveis de saúde e de culpabilização das vítimas em acidentes (Dwyer, 2006, p. 16-26).

Essa reflexão encontra forças assertivas no ensaio “Cidadão de Papel”, de Gilberto Dimenstein (2002), que diz que os direitos basilares da população brasileira ficam restritos a teoria do texto legal, visto que os direitos trabalhistas são frequentemente ignorados por aqueles que mais deles precisariam e, ademais, a formação de organizações sindicais é prevista pela Carta Magna, proporcionando, por exemplo, a erradicação do excesso de jornadas de trabalho ou acidentes de trabalhos, provocados por circunstâncias duais - entre o meio social e trabalhista -, com o intuito de proteger a dignidade e a psique da mão de obra da construção civil.

5.3 O Papel dos profissionais de Engenharia

Segundo o sociólogo alemão Max Weber (2018), a sociedade apresenta sobre o ser humano determinadas formas de dominação, que é definida pelo mesmo por “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas” (Weber, 2009, p. 139). Com base no referencial teórico adotado no presente artigo, supunha-se que o papel dos engenheiros dentro da convivência com a mão de obra civil poderia tomar o posto de dominação legal, tal como descrita por Weber, uma vez que, socialmente e por intermédio de estereótipos, comumente encontram-se tal padrão. Esta dominação seria marcada pela hierarquia de poder técnico e social dos profissionais de engenharia civil sobre os operários, caracterizando aqueles como autoridades competentes e legítimas.

Nesse viés, a partir das respostas às entrevistas realizadas, pode-se observar dois cenários contrários que englobam os operários em questão: parte se sente neutra com a presença dos engenheiros em seus locais de trabalho, de modo a seguir desempenhando suas funções para não resultarem em conflitos internos, ao passo que os demais são acometidos de certo desconforto ao ser confrontado pelo mesmo cenário. Esse desconforto se deu mediante relatos que pontuaram posturas ofensivas - ou até constrangedoras - por parte dos engenheiros, de modo que, na visão dos operários, as ações citadas os colocam em uma posição de inferioridade perante profissionais que, ao invés de colaborar para com o progresso da obra em desenvolvimento, bem como para com a boa relação entre equipes, apenas conseguiram afastar a mão de obra atuante de tal colaboração. Os profissionais de engenharia civil colocaram-se em uma posição superior que, repetidamente, é

mantida aos olhos sociais da comunidade externa, propagando uma distinção ainda maior com a manutenção dos estereótipos dos profissionais que atuam na construção civil.

Assim sendo, faz-se necessário que a boa comunicação com a mão de obra, bem como a valorização de seus serviços e contribuições - sejam elas sindicais ou empresarias - sejam tópicos abordados com futuros engenheiros civis e técnicos em edificações, em suas formações acadêmicas. Sendo tais profissionais a ponte que pode conectar os trabalhadores aos sindicatos e às empresas, deve-se apresentar tal importância e, além disso, orientá-los de que a formação acadêmica que os acompanha deve ser trabalhada em conjunto com os conhecimentos adquiridos pela mão de obra durante sua vida empregatícia, e não como ferramenta de consolidação de estereótipos e distanciamentos já formados. Adentrando à grade curricular dos graduandos e estudantes técnicos, bem como o trabalho prático dos engenheiros à obra junto aos operários, tais medidas podem ser meios de integração, para produção de uma visão holística e humanizada, para que se desenvolva o senso crítico e empático dos mesmos para as condições em que não estão habituados (Sznelwar et. al., 2021).

Como destacam João Areosa e Laerte Sznelwar (2019), esse caminho aponta para uma dimensão interdisciplinar, incluindo abordagens das Ciências Humanas nos processos de gestão de projetos de Engenharia. Mas como isso faz ainda sob a esfera da tecnologia, é um olhar que deve fazer parte do escopo das atividades dos profissionais de engenharia civil.

Acredita-se, portanto, que, ao se abordar o assunto na formação acadêmica e proporcionar aos estudantes um questionamento inicial sobre o cenário da mão de obra atuante na região, seu modo operacional e os conhecimentos que podem ser trocados, além do ponto de vista dos operários sobre a sua condição dentro da construção civil, pode-se haver novos engenheiros civis que, posteriormente, farão a diferença nas equipes que atuam em conjunto na área em questão, fazendo com que mantenham uma relação humana e equiparada, mas também procurem meios de dignificar as condições de trabalho da mão de obra. Enfrentando as condições de vulnerabilidade vigentes a partir do reconhecimento de suas existências, a construção civil pode se tornar uma área empregatícia fiel aos princípios de dignidade humana, desenvolvimento, modernidade e, acima de tudo, equidade.

CONCLUSÃO

Acredita-se que, diante da grande capacidade de absorção de mão de obra, os órgãos governamentais tratam a questão da precariedade de forma omissa, por vezes normalizando-a como algo inerente à profissão ou “próprio” de um canteiro de obras. Por ser absolutamente funcional à economia capitalista, a precariedade é tradicionalmente aceita pela sociedade e legitimada pelo próprio Estado. (Cockell e Perticarrari, 2010)

Nesse sentido, o contexto de vulnerabilidade em que os operários entrevistados estavam ou estão inseridos se perpetua devido ao silenciamento da dada problemática, visto que, apesar da expressiva quantidade de relatos como os dos entrevistados, tanto a sociedade quanto os órgãos competentes continuam secundarizando não só a abordagem do assunto como as possíveis resoluções do problema em questão.

Como mostra disso, destacam-se entre os relatos obtidos dos trabalhadores, as possibilidades de cenários de impermanência e, até mesmo, intensas tentativas de reconhecimento perante a sociedade como um todo, mas, sobretudo, dos engenheiros civis em campo. Ou seja, os entrevistados demonstraram através de suas falas a constante procura por serviços para

conseguirem manter sua renda base, de modo a, mais uma vez, tentaram erradicar as preocupações com os possíveis panoramas de subsistência, haja vista que, o trabalho interfere em seu meio social, assim como seu meio social está diretamente relacionado ao seu trabalho.

Então, somado a isso, os operários passam a procurar maneiras de serem reconhecidos e valorizados dentro da sua área de ocupação pelo corpo social, mas principalmente no que diz respeito aos profissionais da engenharia civil, os quais, com forte frequência, tratam os operários com desdém no canteiro de obras, tornando a interação engenheiro e operário deficitária e aprofundando a conjuntura estigmatizada da mão de obra da construção civil.

Para mais, por meio das entrevistas foi possível analisar o aspecto da qualificação da mão de obra como um processo estrutural. Isso, pois, os relatos mostraram que o ingresso ao ramo construtivo se dá por dois vieses: entrada facilitada pelo contexto ou função através de vínculos sociais. Com isso, observa-se que foi comum aos operários seus respectivos ingressos na área devido a ampla oferta de serviços em canteiros de obra, a princípio como serventes, o que nos revela que as práticas e habilidades obtidas são aprendidas em campo, ou seja, todo o conhecimento dos operários é, em suma, adquirido pela experiência e o tempo de atuação na área. Além disso, observa-se que dentro do ramo construtivo é comum a formação de laços afetivos, sejam eles pela permanência dos colegas de trabalho no ciclo social dos operários ou a prática de ensinar o ofício aos seus descendentes, sendo, portanto, uma tradição familiar.

Esse processo reforça o estigma que se lança sobre os trabalhadores do setor como sendo de pessoas rústicas, que realizam apenas trabalhos mecânicos e que seriam incapazes aprender novas técnicas. Com isso, além das exclusões aqui descritas, são também responsabilizados pela falta de modernização no ramo da construção civil (Silva, 2018, p. 99-100). Somado a isso, o discurso de que o setor produtivo cada vez mais exige qualificação profissional e educação formalizada naturaliza e perpetua a condição de precariedade dos vínculos laborais dos trabalhadores da construção civil. (Cockell e Perticarrari, 2010).

Dessa maneira, espera-se que, com o material teórico, somado às propostas do presente artigo, haja a possibilidade de contribuição no que tange subverter a problemática em questão, garantindo, assim, a maior valorização da mão de obra da construção civil no cenário nacional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **PIB da construção fecha o ano com crescimento de 9,7%, a maior alta em 11 anos.** Publicado em: < <https://cbic.org.br/> >, 04 de março de 2022.

AGÊNCIA IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de sindicalização cai a 9,2% em 2022, menor nível da série.** Publicado em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/> >, 15 de setembro de 2023.

AREOSA, João; SZNELWAR, Laerte. “Acidentes do trabalho: alguns contributos da ergonomia e das ciências do trabalho”, **Revista do TRT 3ª região**, v. 65, n. 100, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

COCKELL, Fernanda Flávia; PERTICARRARI, Daniel. “Contratos de boca: a institucionalização da precariedade na construção civil”, **Caderno CRH**, v. 23, n. 60, 2010.

COHN, Alain; FEHR, Ernst; MARÉCHAL, Michel. Business culture and dishonesty in banking industry. **Nature**, v. 516, 2014.

COHN, Alain; MARÉCHAL, Michel; NOLL, Thomas. Bad boys: how criminal identity salience affects rule violation. **Review of Economic Studies**, v. 82, 2015.

COSTA, Marco *et. al.* **Vulnerabilidade social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro, IPEA, 2018.

CUTTER, Susan. “A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores”, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, 2011.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**. São Paulo: FTA/Oboré, 1987.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. “A importância da organização sindical dos trabalhadores”, **Nota Técnica**, n. 151, 2015.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Cidadão de Papel**. São Paulo: Ática, 2002.

DWYER, Thomas. **Vida e morte no trabalho**: acidentes do trabalho e a produção social do erro. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2021)**. Disponível em: < <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/> >.

UNISDR - United Nations International Strategy for Disaster Reduction. **Terminology on disaster risk reduction**. Genebra (SUI): Nações Unidas, 2009. Disponível em: < <https://www.undrr.org/publication/2009-unisdr-terminology-disaster-risk-reduction> >

LACERDA, Leonardo Biscaia de. **Análise de situações de vulnerabilidade de trabalhadores da construção civil no Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 2006.

LOURENÇO, Lucian; AMARO, António (coords.). **Riscos e crises**: da teoria à plena manifestação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. (Coleção Os Economistas).

MENDES, José Manuel. **Sociologia do risco**: uma breve introdução e algumas lições. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

SILVA, Thiago Leibante. **Trabalho, construção civil e informalidade**: um estudo sobre trabalhadores de pequenas obras. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2018.

SZNELWAR, Laerte; MONTEDEO, Uíara; SIGAHI, Tiago. “A complexidade em diálogo com a ergonomia e a engenharia – contribuições de Edgar Morin”, **Eccos**, n. 57, 2021.

VALENCIO, Norma. “A visão do risco pela Sociologia”. In: LOURENÇO, Luciano; AMARO, António (coords.). **Riscos e crises**. Da teoria à plena manifestação. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2018.

VASCONCELOS, Luiz; VOLPATO, Luiz. “Salários e engargos trabalhistas ou sociais: os custos do trabalho no processo produtivo”. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Custos** – Recife, PE, Brasil, 2000.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.